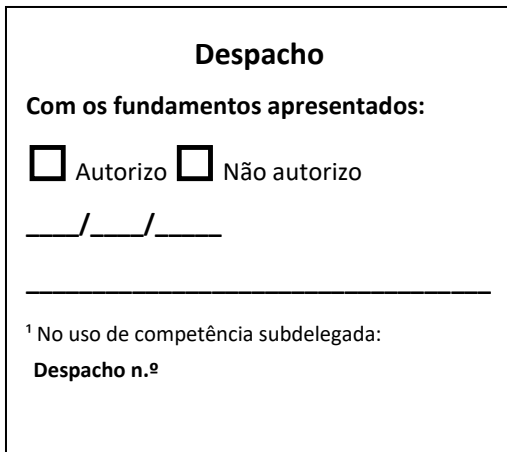




Presidente da Câmara Municipal da Moita

Assunto:	Mobilidade na categoria
Nome	
Categoria	
Nº Trabalhador	
Unid. Org./Equipa/Estrutura	
Correio eletrónico (legível)	
Telefone (para eventual contacto)	

Vem requerer a V. Exa. _____ (autorização ou prorrogação) para a mobilidade na modalidade que indica:

artigos 92.º a 100.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho

Indicar por ordem de preferência a unidade orgânica ou estrutura onde pretende exercer funções:

Fundamentação do pedido (n.º 2 do artigo 92.º):

Pede deferimento. Data ____/____/____ **O(A) Requerente** _____

Parecer (eventualmente em informação a juntar)

(chefe de divisão, adjunto(a) do(a) diretor(a) de E.P., comissário(a) prisional, coordenador(a) de equipa ou chefia de enfermagem)

☐

Favorável à autorização do pedido

☐

Desfavorável à autorização do pedido

Fundamentação: _____

____/____/____ **O/A dirigente ou responsável (indicar nome e cargo),** _____

Parecer (eventualmente em informação a juntar)

(diretor(a) de serviços, de estabelecimento prisional, de centro educativo, de delegação regional, de núcleo de apoio técnico ou chefe de equipa multidisciplinar)

☐

Favorável à autorização do pedido

☐

Desfavorável à autorização do pedido

Fundamentação: _____

____/____/____ **O/A dirigente ou responsável (indicar nome e cargo),** _____

Parecer (Despacho n.º 2617/2020, DR, 2.ª série, n.º 40, de 26 de fevereiro, n.º 2 alínea b))

(subdiretor(a)-geral que coordena e superintende a área a que está afeto o(a) requerente)

☐ Favorável à autorização do pedido

☐ Desfavorável à autorização do pedido

Fundamentação: _____

____/____/____ O(A) Subdiretor(a)-Geral, _____

Informação da Divisão de Gestão de Recursos Humanos (eventualmente em informação a juntar):

☐ Verifica-se a “conveniência para o interesse público, designadamente quando a economia, a eficácia e a eficiência dos órgãos ou serviços o imponham” (art. 92.º)

☐ Verifica-se existir declaração de cabimentação orçamental da despesa

☐ Verifica-se o cumprimento das condições que a lei determina para autorizar o pedido.

Propõe-se a mobilidade com a duração de (art. 97.º) ☐ 18 (dezoito) meses, ou ☐ 12 (doze) meses, ou ☐ 6 (seis) meses

☐ Não se verifica o cumprimento das condições que a lei determina para autorizar o pedido.

Com a fundamentação que *infra* se enuncia:

O trabalhador durante a situação de mobilidade auferirá a remuneração de _____._____,_____, euros, a que corresponde a posição remuneratória ____ e o nível remuneratório ____, acrescida dos suplementos remuneratórios inerentes ao posto de trabalho ocupado.

O pedido produz efeitos a partir de ____/____/____

____/____/____ O(A) Técnico(a) Superior, _____

Parecer da Divisão de Gestão de Recursos Humanos

☐ Favorável à autorização do pedido

☐ Desfavorável à autorização do pedido

____/____/____ O(A) Chefe de Divisão da DGRH, _____

Parecer da Direção de Serviços de Recursos Humanos

☐ Favorável à autorização do pedido

☐ Desfavorável à autorização do pedido

____/____/____ O(A) Diretor(a) da DSRH, _____